

LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE

coleção Para Entender a Gestão do SUS | 2011 volume **13**

ATUALIZAÇÃO
JUNHO/2015

Copyright 2015 – 1ª Edição – Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011 pode ser acessada, na íntegra, na biblioteca eletrônica do CONASS, www.conass.org.br/biblioteca.



SECRETÁRIOS DE ESTADO DA SAÚDE 2015

AC Francisco Armando Melo

AL Rozangela Wyszomirska

AM Wilson Duarte Alecrim

AP Pedro Rodrigues Gonçalves Leite

BA Fábio Vilas Boas

CE Carlile Lavor

DF João Batista de Sousa

ES Ricardo Oliveira

GO Leonardo Vilela

MA Marcos Pacheco

MG Fausto Pereira dos Santos

MS Nelson Barbosa Tavares

MT Marco Aurélio Bertúlio

PA Heloísa Maria Melo e Silva Guimarães

PB Roberta Abath

PE José Iran Costa Júnior

PI Francisco Costa

PR Michele Caputo Neto

RJ Felipe Peixoto

RN José Ricardo Lagreca

RO Williames Pimentel

RR Kalil Gibran Linhares Coelho

RS João Gabbardo

SC João Paulo Kleinubing

SE José Macedo Sobral

SP David Uip

TO Samuel Braga Bonilha



DIRETORIA CONASS - GESTÃO 2015/2016

PRESIDENTE

Wilson Duarte Alecrim (AM)

VICE-PRESIDENTES

Região Centro-Oeste

Marco Bertúlio (MT)

Região Nordeste

Fábio Vilas Boas (BA)

Região Norte

Francisco Armando Melo (AC)

Região Sudeste

Fausto Pereira (MG)

Região Sul

João Gabbardo (RS)

COMISSÃO FISCAL

Leonardo Vilela (SES/GO)

José Macedo Sobral (SES/SE)

Marcos Pacheco (SES/MA)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Jurandi Frutuoso

COORDENADORA DE NÚCLEOS

Rita de Cássia Bertão Cataneli

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL

Ricardo F. Scotti



ATUALIZAÇÃO DO LIVRO
Lourdes Lemos Almeida

REVISÃO TÉCNICA
René Santos

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Sem Fronteira Idiomas

EDIÇÃO
Adriane Cruz
Tatiana Rosa

PROJETO GRÁFICO
Fernanda Goulart

DESIGNER ASSISTENTE
Thales Amorim

DIAGRAMAÇÃO
Marcus Carvalho

Legislação estruturante

Lei n. 1.920, de 25 de julho de 1953 - Cria o Ministério da Saúde.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1920.htm

Declaração de Alma Ata – Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde.

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/saude/almaata.htm> (copiar texto)

Constituição Federal de 1988 - Título VIII Da Ordem Social.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm

Decreto 99.060 de 7 de março de 1990 - Vincula o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS ao Ministério da Saúde.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99060.htm

Resolução/INAMPS n. 258, de 07 de janeiro de 1991 - Aprova a Norma Operacional Básica/SUS n. 01/91, constante do Anexo I da presente Resolução, que trata da nova política de financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS para 1991.

http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Resolu%E7%E3o%20258_07_01_1991.pdf

Resolução n. 273/INAMPS, de 17 de julho de 1991 - Reedita com alterações a Norma Operacional Básica/SUS n. 01/91, que passa e apresentar o texto constante do Anexo 01 da Resolução. (Revogada pela Portaria 1.580 de 19/07/10).

http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20273_17_07_1991.pdf

Portaria/SNAS/INAMPS n. 234, de 07 de fevereiro de 1992 - Edita a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde para 1992, NOB – SUS/92. (Revogada pela Portaria 1.580 de 19/07/10).

http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Portaria%20234_07_02_1992.pdf

Portaria n. 545, de 20 de maio de 1993 --Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica - SUS 01/93. (Revogada pela Portaria 1.580 de 19/07/10).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt0545_20_05_1993.html

Lei 8.689 de 27 de julho de 1993 - Dispõe sobre a extinção do INAMPS.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8689.htm

Decreto n. 1.232, de 30 de agosto de 1994 - Regulamenta o repasse fundo a fundo.

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1232-30-agosto-1994-449622-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto n. 1.651, de 28 de setembro de 1995 - Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1651.htm

Portaria n. 2.203, de 03 de novembro de 1996 - Aprova a NOB 1/96, a qual redefine o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde, constituindo, por conseguinte, instrumento imprescindível à viabilização da atenção integral à saúde da população e ao disciplinamento das relações entre as três esferas de gestão do Sistema. (Revogada pela Portaria 1.580 de 19/07/10).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nob1_96.pdf

Emenda Constitucional n. 29, e 13 de setembro de 2000 - Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm

Portaria n. 95, de 26 de janeiro 2001 - Aprova a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2001 que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; define o processo de regionalização da assistência; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios. (Revogada pela Portaria 373 de 27/02/02).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0095_26_01_2001.html

Portaria n. 373, de 27 de fevereiro de 2002 - Aprova a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002 que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios. (Revogada pela Portaria 1.580 de 19/07/10).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html

Portaria n. 399, de 22 de fevereiro de 2006 - Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html

Portaria n. 699, de 30 de março de 2006 - Regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0699_30_03_2006.html

Portaria n.1097, de 22 de maio de 2006 - Define que o processo da Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde seja um processo instituído no âmbito do SUS.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1097_22_05_2006.html

Portaria n. 3.085, de 1º de dezembro de 2006 - Regulamenta o Sistema de Planejamento do SUS.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt3085_01_12_2006.html

(Revogada pela PRT n. 2135/GM/MS de 25.09.2013)

Portaria n. 3.332, de 28 de fevereiro de 2006 - Aprova orientações gerais relativas aos instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt3332_28_12_2006.html

(Revogada pela PRT n. 2135/GM/MS de 25.09.2013)

Portaria n. 204, de 29 de janeiro de 2007 - Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0204_29_01_2007_comp.html

Portaria n. 1.559, de 01 de agosto de 2008 - Institui a Política Nacional de Regulação do SUS.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559_01_08_2008.html

Portaria n. 3.176, de 24 de dezembro de 2008 - Aprova orientações acerca da elaboração da aplicação e do fluxo do Relatório Anual de Gestão.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3176_24_12_2008_rep.html

(Revogada pela PRT n. 2135/GM/MS de 25.09.2013)

Portaria n. 837, de 23 de abril de 2009 - Altera a Portaria n. 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do SUS.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0837_23_04_2009.html

Portaria n. 2.046, de 03 de setembro de 2009 - Regulamenta o Termo de Ajuste Sanitário – TAS.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2046_03_09_2009_comp.html

Portaria n. 3.252, de 22 de dezembro de 2009 - Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de vigilância em saúde pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3252_22_12_2009.html

(Revogada pela PRT GM/MS n. 1378 de 09.07. 2013)

Portaria n. 161, de 21 de janeiro de 2010 - Estabelece o Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos – PCEP.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0161_21_01_2010.html

Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011 – Regulamenta a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

Lei Complementar n. 141 de 13 de janeiro de 2012 – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm

Decreto n. 7.827 de 16 de outubro de 2012 – Regulamenta os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da Constituição, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7827.htm

Portaria n. 4.279 de 30 de dezembro de 2010 – Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html

Portaria 1.580 de 19 de julho de 2010 – Afasta a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou assinatura do Termo de Compromisso de Gestão, de que trata a Portaria n. 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006, para fins de repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios e revoga Portarias.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1580_19_07_2012.html

Portaria n. 1378 de 09 de julho de 2013 - Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html

Portaria n. 2.135 de 25 de setembro de 2013 - Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135_25_09_2013.html